

CONTRIBUTOS PARA UMA ARQUEOLOGIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA EM CONTEXTOS TERRESTRES DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Ana Catarina Garcia / CHAM – Centro de História de Além-Mar. UNL e UA / catarinagarcia@gmail.com

Brígida Baptista / FCSH-UNL / bribaptista@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação visa apresentar alguns dos resultados de intervenções arqueológicas decorridas em dois contextos urbanos das ilhas dos Açores, nomeadamente a ilha Terceira e a ilha de S. Maria, no âmbito de acções de minimização de impacte. As intervenções nos sítios *Hospital Militar da Boa Nova* em Angra do Heroísmo e na *Casa do Capitão*, em Vila do Porto constituem um importante contributo para a construção de referentes de base no arquipélago relativos à sua cultura material, à ocupação do espaço urbano e ao tipo de estratigrafia em contexto insular que até à data conta com poucos trabalhos como referentes científicos.

ABSTRACT

This paper has the objective to present the results of two archaeological interventions in the Azores, in Terceira and in S. Maria Islands, both in the context of archaeological impacts relating and comparing the two contexts. The interventions on the sites *Hospital Militar da Boa Nova* and *Casa do Capitão* were an important contribution to the construction of references in the archipelago related with his material culture and related with the occupation of the space and also related with the stratigraphy in insular contexts.

The main goal with this presentation will be present to the archaeological community this works and the most relevant results contributing this way to the knowledge of the human occupation on this territory.

1. INTRODUÇÃO

A investigação arqueológica na Região Autónoma dos Açores, em contexto terrestre, tem-se caracterizado por uma actividade esporádica e pouco sistemática. A falta de profissionais habilitados e a ausência de projectos científicos sobre problemáticas insulares não têm levado à ocorrência de trabalhos regulares na Região, podendo apenas referir-se neste âmbito os projectos que têm sido levados a cabo pelo CAEM na ilha de S. Maria desde 2008 até 2013. Muitas das problemáticas possíveis, especialmente aquelas que estão relacionadas com primeiras formas de povoamento ou com os primeiros assentamentos nas ilhas ao longo dos séculos XV -XVI, por exemplo, nunca se consubstanciaram em

interpretações com base em dados arqueológicos, sendo conhecida apenas a realidade revelada pelas fontes escritas que, para estes períodos, muitas vezes são escassas e com diversas lacunas. Contudo, podemos registar nesta região já alguns trabalhos, maioritariamente isolados, mas que se revestem de extrema importância para a construção de referentes arqueológicos.

Os primeiros trabalhos arqueológicos nos Açores ocorreram entre 1967 e 1982, em Vila Franca do Campo, com a coordenação do Arqueólogo Sousa d'Oliveira. Também na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, ocorreram trabalhos arqueológicos no contexto do Convento de Jesus, fundado em 1555. Apesar da ocorrência destes projectos na Ilha de S. Miguel já nos anos 60, a aplicação das normas de

minimização patrimonial e arqueológica em contexto terrestre só ocorre pela primeira vez nos Açores em 2004 com a primeira intervenção de acompanhamento de obra em contexto terrestre no sítio do Antigo Convento de S. João, em Ponta Delgada. Esta intervenção decorre da aplicação da Lei *Lei 19/2000* de 10 de Agosto que transfere as competências na área da arqueologia para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o que ocorreu apenas em Agosto de 2000, tendo os serviços de património da Região assumido pela primeira vez a sua total gestão¹ e protecção. Esta mudança levou a uma tomada de consciência para a necessidade de se salvaguardar o património arqueológico em contexto terrestre, já que este sempre se confundiu com as acções de valorização do património arquitectónico descorando-se por completo as especificidades da arqueologia e respectivas problemáticas científicas.

É neste enquadramento que surgem as duas intervenções que ocorreram em 2010 e 2011 e que serão apresentadas neste artigo, referentes às intervenções no *Hospital da Boa Nova* na ilha Terceira e na *Casa do Capitão* na ilha de S. Maria respectivamente, promovidas pela Direcção Regional da Cultura, tendo como responsável científica a 1ª AA. e como responsável de campo a 2ª AA.

Os dois sítios intervencionados são imóveis pertencentes ao Governo Regional, mais propriamente à Direcção Regional da Cultura, para onde se projetava a edificação de dois novos núcleos museológicos². Neste âmbito, os dois trabalhos de diagnóstico procuraram fornecer dados sobre os reais impactes para o património e qual o potencial arqueológico de cada um.

2. HOSPITAL DA BOA NOVA. PROBLEMÁTICA E INTERVENÇÃO

O Hospital Militar da Boa Nova localiza-se na freguesia da Sé, concelho de Angra do Heroísmo na ilha Terceira e foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pela resolução do Governo Regional dos Açores n.º 98/80 de 16 de Setembro de 1980³.

1. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/2012531162419.pdf>

2. O imóvel da Boa Nova é actualmente posse do Governo Regional dos Açores encontrando-se à data a ser edificado o futuro Núcleo Museológico de História Militar Baptista de Lima.

3. Cf. Jornal Oficial I Série, nr. 31.

A primeira referência histórica que se conhece relativa este hospital de carácter militar data de 1583, indiciando o objectivo de aí acolher os doentes e feridos da expedição militar que submeteu a ilha Terceira a Filipe II de Espanha. O primeiro governador militar dos Açores durante a ocupação espanhola na ilha, Juan de Urbina, mandou instalar em Angra um hospital para a sua infantaria, que segundo Meneses teria sido edificado à semelhança do que possuía o Marquês de Santa Cruz.

Este hospital foi edificado com a missão única de tratar dos militares tendo, contudo a sua acção acabado por ser alargada aos habitantes da cidade. Relativamente à estrutura, as fontes históricas sobre o seu funcionamento remontam a 1583 e são várias as referências ao topónimo *Boa Nova* durante a ocupação filipina, entre 1583 e 1641. Durante a ocupação militar do castelo de S. João Baptista a ermida da Boa Nova está documentada, contudo as referências ao hospital são em menor número, porém a descrição que consta da obra *História Insulana* faz referência aos dois edifícios. A ocupação deste sítio como hospital militar permaneceu até ao séc. XX e durante a Segunda Guerra Mundial funcionou como enfermaria regimental, tendo a sua utilização para fins militares sido definitivamente abandonada na década de 90.

Os trabalhos arqueológicos de diagnóstico realizados pretenderam perceber a dinâmica ocupacional do local, identificar eventuais impactes relevantes no património assim como identificar possíveis vestígios arqueológicos que se possam encontrar preservados *in situ* nas zonas sondadas. No exterior do edifício, na zona do logradouro, foram realizadas as duas sondagens (S1 e S2) de diagnóstico arqueológico com 2 X 2m, procedendo-se em paralelo à picagem de paredes no interior e exterior do imóvel, com o objectivo de obter alguma informação que explicasse a ocupação do espaço.

2.1. Problemática de ocupação do espaço

A lacuna de informação documental sobre o Hospital Militar da Boa Nova dificultou em certa medida a compreensão das realidades arqueológicas identificadas no local durante os trabalhos de diagnóstico. Os trabalhos no logradouro foram um importante meio de obtenção de informação sobre a ocupação do espaço tendo-se registado nas duas sondagens S1 e S2 sedimentos junto ao nível geológico, sem deturpação actual, os quais comportavam espólio que permitiu a datação destes depósitos mais antigos. Em relação à

construção do edifício, considerou-se que o mesmo se encontra associado com a primeira fase de ocupação do período filipino nas áreas que foram definidas como 2, 3, 4 e a Ermida. No entanto surgiram dúvidas de como se desenvolvia a área da entrada (A1) e a área anexa à ermida. O restante edifício está datado do século XVIII, altura em que ocorreu uma expansão do espaço do hospital, construindo-se a enfermaria maior e os edifícios em redor do logradouro, assim como o muro correspondente à UE [206] que o delimita a Oeste. De construção mais recente (século XX) assinalam-se os dois anexos implantados no logradouro, a Sul e a Norte. Um dos elementos que permitiu uma aproximação cronológica das fases construtivas do edifício foi a janela entaipada identificada no corredor da A1 e que pelas técnicas construtivas e dimensões visíveis parece enquadrar-se numa cronologia entre a 2ª metade do século XVII/princípios do século XVIII. Por este dado se indicia que a edificação onde este elemento se integra poderá ser anterior à construção da enfermaria maior (século XVIII) ou mesmo contemporânea da fase mais antiga do edifício (contígua à ermida, voltada para o Largo da Boa Nova). A construção da estrutura UE [206] parece ter acontecido durante os finais do século XVII, princípios do século XVIII, pelo facto de se identificar no alicerce do muro um lintel de janela característico do século XVII. Reaproveitado na estrutura, este muro é obrigatoriamente posterior à datação do elemento arquitectónico que integra. Nas duas sondagens abertas observam-se realidades de ocupação diferenciadas, apesar dos níveis mais antigos que cobrem o nível geológico, serem coincidentes na datação. A S1 sofreu uma maior deturpação de depósitos da época contemporânea, com a colocação de duas infra-estruturas: caixa de esgoto/canalização e tubo de PVC, observando-se também aí depósitos de entulho.

Na S1, a primeira fase e mais significativa caracteriza-se pela acumulação de depósitos do século XVI (provavelmente na 2ª metade) até ao século XVII, que cobrem o nível geológico – tufo vulcânico. Identificou-se um significativo conjunto de faiança, cerâmica comum e dois rebites de cadeira de couro datados de século XVII. A ocupação contemporânea foi a mais visível durante a escavação da sondagem, com a identificação de diversos depósitos de entulho e da implantação de infra-estruturas de esgotos e água.

No caso da S2, a 1ª fase é definida por uma sucessão de depósitos que se acumulam sobre o nível geológico

a partir da 2ª metade do século XVI até à época contemporânea (século XVIII). A 2ª fase é caracterizada pela abertura de uma vala, datada do século XVIII para a construção de um muro de delimitação do jardim/logradouro do hospital e as hortas adjacentes. Por último há uma nova acumulação de depósitos de cronologia contemporânea, desde o alicerce da estrutura referida anteriormente, abandonando o provável nível de circulação que a estrutura definia.

Quanto ao espólio recuperado a cerâmica comum apresenta-se como o grupo exumado mais significativo com 2049 fragmentos e caracteriza-se pela ausência nas superfícies (interna e externa) de um acabamento vitrificado, porém regista-se a presença de engobes e brunidos. Deste conjunto inclui-se a cerâmica preta, vermelha e regional (Figura 1 e 2).

A cerâmica vidrada compõem um terceiro conjunto cerâmico com 241 fragmentos abrangendo quatro séculos de história (século XVII a XX). Regista-se neste conjunto um elevado leque de colorações de vidrados: melado, amarelo, castanho, castanho-escuro, verde-claro e verde-escuro.

A faiança constitui o segundo conjunto mais numeroso, contabilizando-se 403 fragmentos datados entre o século XVI e o século XXI. Relativamente à gama de cores esta varia entre o policromado, para as épocas mais recentes, e os simples (uma ou duas cores) ou sem decoração para as épocas mais recuadas. Em relação aos motivos decorativos identificam-se os motivos vegetalistas, “contas”, “rendas”, geométricos, linhas, entre outros. Em relação à louça *malagueira* assinala-se a sua identificação nos estratos mais antigos da S1 e S2, do início da ocupação do espaço. Associado a este conjunto regista-se também a presença de cerâmica comum, cerâmica vidrada e uma moeda na UE [219]. Em relação à faiança do tipo majólica (século XVI), esta caracteriza-se por peças com esmalte azul claro no fundo e com desenhos vegetalistas pintado a azul-escuro. Assinala-se ainda como dado relevante a presença de um fragmento de bordo de prato de louça de imitação inglesa da série *Willow Pattern* e ainda a presença de faiança decorada com motivos simples a azul ou em azul e vinoso (castanho escuro).

O conjunto de porcelana apresentado é reduzido e fragmentário não permitindo extrair perfis completos que ajudariam na reconstrução das peças. Ao todo identificaram-se 8 fragmentos da série azul e branca onde se distinguem dois fundos, um arranque de fundo, dois bordos e três fragmentos inde-

terminados, identificados nas UE's. A maior parte dos fragmentos apresenta pastas de tonalidades brancas muito bem depuradas, com esmalte brilhante e homogêneo.

O metal que apareceu em maior número foi o ferro, representando os pregos/cavilhas a maior percentagem. De mais significativo no conjunto assinala-se uma moeda em cobre, em mau estado de conservação, que foi identificada como um *ceartil*, contudo não foi possível identificar a sua cronologia.

3. CASA DO CAPITÃO. PROBLEMÁTICA E INTERVENÇÃO

A intervenção no sítio denominado de *Casa do Capitão* corresponde igualmente a um imóvel classificado como de Interesse Público pelo Decreto nº 44452, de 5 Julho de 1962, inserindo-se na Zona Classificada de Vila do Porto instituída pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/92/A, de 21 de Outubro. O potencial deste sítio revestiu-se para a arqueologia dos Açores de elevado interesse já que Vila do Porto, na ilha de S. Maria, é um dos referentes ocupacionais mais antigos dos Açores. Os dados recolhidos desta intervenção permitiram analisar melhor a história da ocupação da ilha de S. Maria e de Vila do Porto e desmistificar alguns aspectos relativamente ao sítio denominado de “Casa do Capitão”.

Consciente de que a intenção de implantar neste espaço qualquer tipo de edificação urbanística poderia colocar em risco de destruição eventuais vestígios arqueológicos aí existentes, a realização de trabalhos arqueológicos prévios tornou-se assim essencial para diagnosticar o seu potencial e para que com maior segurança se pudessem determinar as mais adequadas medidas de salvaguarda. Igualmente se considerou uma oportunidade, até à data inédita em S. Maria, de intervencionar arqueologicamente num sítio urbano de cronologia recuada, correspondente à fase de povoamento dos Açores, onde havia potencialidade para aí ocorrerem realidades cronológicas que poderiam remontar ao séc. XV.

Como primeira ilha a ser povoada, Santa Maria e mais particularmente Vila do Porto assumiu uma importante função institucional no início do povoamento dos Açores comportando a sede de município e capitania. Nesta ilha onde ocorreu a implantação do povoamento inicial do arquipélago dos Açores torna-se essencial estudar e preservar os seus contextos arqueológicos considerados de elevada im-

portância científica para o entendimento de toda esta problemática da expansão portuguesa e do povoamento açoriano.

As referências documentais da existência de uma casa habitacional pertença dos Capitães Donatários são muito ténues e reportam principalmente aos dados fornecidos pelos cronistas do século XVI, como Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas que mencionam a habitação do Capitão Donatário. Contudo, a referência mais recuada é a de Frei Diogo das Chagas que se refere ao segundo Capitão Donatário (1492-1499). Já Gaspar Frutuoso refere uma habitação, durante a descrição biográfica do quarto Capitão Donatário, Pedro Soares de Sousa (1573 – 1580), no seu *Livro Terceiro das Saudades da Terra*. As referências à habitação do Capitão Donatário surgem também nas obras dos autores do século XVI, Frei Diogo das Chagas – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* e Gaspar Frutuoso.

Decorrente da análise do terreno já sem o coberto vegetal e das evidências que ocorreram nesta fase foram definidas várias áreas de diagnóstico onde se implantaram 4 sondagens (S1, S2, S3 e S4) arqueológicas todas orientadas no sentido dos pontos cardeais (Norte, Sul, Este, Oeste) e de acordo com o potencial e os elementos estruturais que se tornaram evidentes – fachada, lajedo e “poço”. Com este trabalho foi também efectuado o levantamento rigoroso da implantação do terreno bem como das estruturas e alçados existentes, essencial para o decurso do trabalho arqueológico.

A S1, localizada junto à fachada interior do edifício foi aberta com o objectivo de perceber a estratigrafia arqueológica do local, mas também para compreender a data da construção do edifício/fachada. Esta sondagem foi projectada com as dimensões 2x2 metros. A S2 foi projectada junto ao lajedo UE [201] localizado junto à fachada interior e ao edifício anexo, o qual não há referência de construção projectada com as dimensões 2x2m. Já no caso da S3, esta foi implantada de forma a registar a estrutura circular identificada no centro do logradouro – tanque e foi projectada com as dimensões 3x3m. Por fim, a S4 foi localizada na área Noroeste do logradouro, em frente ao barracão de madeira existente actualmente, projectada com as dimensões 2x2m.

Na S3 foi identificada uma pequena estrutura em mau estado de conservação UE [306], localizada junto ao canto Oeste da sondagem, com orientação SW/NE. Apenas foi identificada uma fiada de pedras (alçado),

assente em depósitos mais antigos e deste modo surgiu a necessidade do desmonte da mesma, de forma a escavar estes depósitos. Com a identificação de uma nova fase de acumulação de depósitos que cobriam um nível de incêndio, composto por duas camadas, foi identificada a presença de cerâmica de construção e cerâmica comum (superfícies brunidas e com engobe). No interior da vala, registaram-se dois níveis de entulho, datados dos finais do século XVIII e princípios do século XIX.

Na S4 o depósito mais significativo foi o nível de incêndio da UE [405] (coberto pela UE [404]), provavelmente uma fogueira, na qual se recolheu um grande conjunto cerâmico. Foi também identificada uma vala UE [408] que cortava o nível de incêndio e da argila geológica da UE [406] que cobria o nível de tufo vulcânico UE [409]. No interior da vala, registou-se um nível significativo de entulho UE [407], esta realidade foi também identificada no extremo SE do alargamento da S1 - UEs [116] e [117] – e na sondagem 2 – UEs [206] e [207]. Apesar de época contemporânea e considerados mais tardios, como é o caso do depósito UE [404], foi identificado nesta unidade um fundo de taça em faiança de esmalte branco, com decoração a azul e com uma inscrição com a letra R (provavelmente do século XIX, atribuída à Faiança da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, Vila Nova de Gaia, fundada em 1784 pelo genovês Jerónimo Rossi, que terá laborado até 1930 (Figura 3).

Como análise global o espaço parece evidenciar ter servido durante várias décadas como quintal e vazadouro de lixos e entulho de antigas casas anexas ao espaço. As camadas identificadas com a presença de carvões são várias, porém identificam-se depósitos caracterizados com níveis de incêndio que poderão estar relacionados com a referência que o autor Miguel de Figueiredo Côrte-Real, fez seu no artigo sobre as ruínas do imóvel, onde indica que “aquela fachada é o resto de 2 ou 3 moradias de rés-do-chão e primeiro andar, que um incêndio devorou há muitos anos.” Contudo, esta referência temporal não cede datações, mas terá que ser anterior ao século XX, visto que a fachada já existia em 1905, quando o pai do autor a adquiriu.

3.1. Problemática de ocupação do espaço

A lacuna documental relativa à *Casa do Capitão* dificultou a compreensão das realidades arqueológicas identificadas no local. Os trabalhos no logradouro foram um importante meio de obtenção de informa-

ção sobre a ocupação do espaço desde o século XVI até à actualidade. Nas quatro sondagens escavadas arqueologicamente, registaram-se sedimentos junto ao nível geológico, sem deturpação actual, os quais comportavam espólio que permitiu a datação destes depósitos mais antigos. Nas quatro sondagens abertas observaram-se realidades de ocupação diferenciadas, apesar dos níveis mais antigos que cobrem o geológico, serem coincidentes na datação.

Atendendo ao facto de os resultados apresentados serem relativos a quatro sondagens, a informação arqueológica recolhida é considerada uma amostragem das eventuais realidades que possam estar depositadas na zona de logradouro. Em termos tipológicos foram recolhidos os seguintes tipos de artefactos: cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, porcelana, vidro, metal (ferro e cobre), lítico, fauna mamalógica (osso animal) e fauna malacológica (conchas). Os conjuntos tipológicos apresentam-se muito fragmentados com a quase ausência de perfis completos – excepto no caso de uma sertã, porém foi possível a atribuição de tipologias a alguns fragmentos através da consulta de paralelos cerâmicos do Museu de Santa Maria. Todos os fragmentos identificados foram produzidos a torno rápido, sendo possível identificar na cerâmica comum e, em alguns casos da cerâmica vidrada, marcas desta técnica de produção cerâmica. As técnicas de cozedura variam entre as redutoras (conferindo às peças uma coloração negra) e as oxidantes (coloração avermelhada/alaranjada), estas últimas predominantes no global do conjunto recolhido. Em relação ao espólio da sondagem 4, foi recolhido no depósito UE [404] – nível de entulho – um fundo de taça em faiança de esmalte branco e com decoração a azul com uma inscrição – Letra R.

4. CONCLUSÃO

As duas intervenções arqueológicas nos sítios do Hospital da Boa Nova e da Casa do Capitão representam importantes trabalhos de referência para futuros estudos do contexto terrestre da ocupação nos Açores. Apesar do seu carácter de diagnóstico contribuem para a delimitação de balizas temporais dos diversos estratos identificados e para a criação de referentes futuros.

O maior obstáculo para a interpretação dos dados arqueológicos e da ocupação do espaço foi a escassez de fontes históricas e a falta de outros referentes arqueológicos em contexto terrestre nos Açores. Contudo,

identificaram-se alguns paralelos com casos insulares, especialmente no que diz respeito à cerâmica, com os dados recolhidos no Convento de São João, actualmente localizado no Teatro Micaelense; no Recolhimento de Santa Bárbara, todos em Ponta Delgada, ilha de São Miguel; do naufrágio *Angra D*, Convento de São Gonçalo em Angra do Heroísmo; Alfândega na Praia da Vitória na ilha Terceira e no naufrágio N^a Sr.^a da Luz na ilha Faial⁴. Almeja-se que num futuro próximos outros locais possam ser sujeitos a trabalhos arqueológicos e aí se reúnam mais dados e paralelos que possam igualmente fornecer materiais cerâmicos semelhantes e/ou novas informações que permitam gerar novas interpretações sobre a ocupação do arquipélago, sobre as suas relações com o *interland* e com o mundo exterior com o qual esta região se relacionou intensamente. Da análise do espólio recolhido percebe-se uma diacronia que foi balizada entre o século XVI até a actualidade.

BIBLIOGRAFIA

GREGÓRIO, Rute Dias (2008) – *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar (Teses).

OLIVEIRA, Manuel de Sousa d' (1989) – *Escavações Arqueológicas na Cidade da Ribeira Grande*. Arrifes: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, (texto policopiado).

BENTO, Carlos Melo (1990) – *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982*. Ponta Delgada: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores.

MOURA, Mário (2010) – Terras do ex-Mosteiro do Santo Nome de Jesus. Escavações Arqueológicas, In *A Ponte – Revista Cultural da Ribeira Grande*. Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande, 1:26-33.

MENESES, Avelino de Freitas de (1987) – *Os Açores e o Domínio Filipino*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira (2 Vol).

CORDEIRO, António, (1981) – *História Insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*, Angra do Heroísmo: Região Autónoma dos Açores, Secretária Regional da Educação e Cultura.

FRUTUOSO, Gaspar (2005) – *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, (6 vols.).

CHAGAS, Diogo das (Frei) (1989) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Ponta Delgada: Secretária Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional da Cultura, Universidade dos Açores, (CEDGF).

GRADIM, Alexandra (2006) – *Alcoutim urbano e rural: dos finais da Idade Média ao fim do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Colibri.

Ruínas da Casa do Capitão Donatário, João Soares de Sousa em Vila do Porto. Baluarte de Santa Maria. Data (22 de Dezembro de 1983), Vila do Porto: p. 2.

4. Os Relatórios Finais referentes a estes trabalhos encontram-se depositados e para consulta da DRaC, em Angra do Heroísmo, nos respectivos processos de Carta Arqueológica dos Açores.

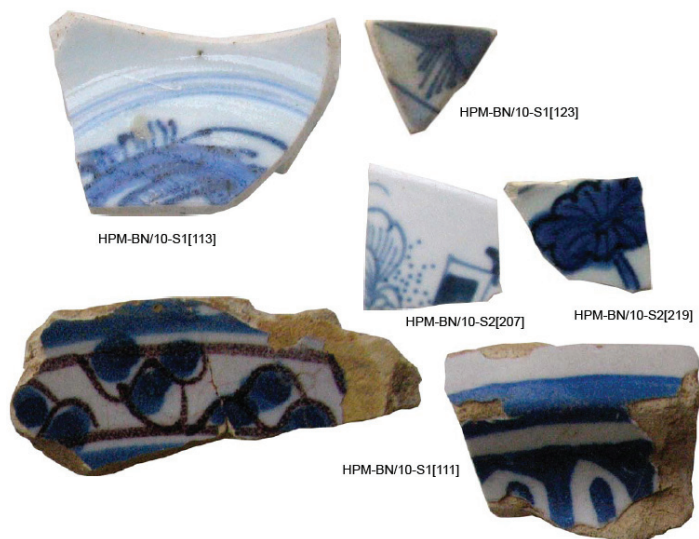


Figura 1 – Fragmentos de faiança e porcelana. Hospital da Boa Nova S1 e S2.
© Catarina Garcia.

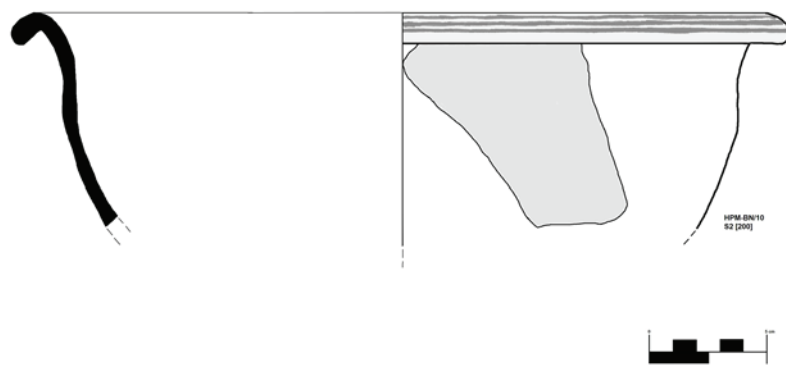


Figura 2 – HPM-BN/10 – Desenho das peças em cerâmica comum S2[200].
© Catarina Garcia.



Figura 3 – CAP-VP/11-S4 [404] – Fundo. Faiança decorada. Foto Catarina Garcia.